



EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº 008/2020

POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO
FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS,
VÁLVULAS E PNEUS SENDO TODOS NOVOS,
ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS E DE PRIMEIRA
LINHA, EM ATENDIMENTO A MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS
OFICIAIS DA CÂMARA.**

**SESSÃO DE ABERTURA
DIA 24 DE AGOSTO DE 2020, ÀS 9H30MIN**

**RETIRADA DE EDITAIS: PRAÇA FELICIANO SODRÉ, 384,
CENTRO – CASIMIRO DE ABREU-RJ, de 9:00h às 17:00h OU
PELO SITE: www.casimirodeabreu.rj.leg.br**



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

01 – PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMCA Nº 226/2020

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/08/2020

HORÁRIO: 9H30MIN.

LOCAL: NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE LICITAÇÃO: POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE: A DE MENOR PREÇO

JULGAMENTO: DAR-SE-Á PELO MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

PRAZO: PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

1.1 - A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, com sede na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, por intermédio de sua Comissão de Pregão da Câmara, designada pela **Portaria nº 002/2020**, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2020**, por **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sendo o seu julgamento mencionado acima, como também, **EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** cujo objeto se descreve abaixo, com todo o processo sendo regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, sendo ainda de acordo com as condições, a seguir enunciadas, destinadas a selecionar a Proposta mais vantajosa.

1.2 - **O EDITAL DE LICITAÇÃO e seus ANEXOS**, será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no endereço supracitado, no horário de 9h às 17h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados Nacional, Estadual e Municipal, munido do carimbo do CNPJ. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos no site: www.casimirodeabreu.rj.leg.br.

02 – PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

- I** – Termo de Referência;
- II** – Planilha de Quantitativo e Preços Unitário e Global;
- III** – Minuta do Contrato (não preencher);
- IV** – Modelo de Carta de Credenciamento;
- V** – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- VI** – Modelo de Declaração de MEI, ME ou EPP;
- VII** – Formulário de Proposta de Preços;



- VIII** - Modelo de Declaração de Cumprimento de Condições Estabelecidas pela CÂMARA e Aceitação de Todas as Condições do Edital;
- IX** - Modelo de Declaração de Cumprimento Pleno da Especificação do Item;
- X** - Modelo de Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo da Habilitação;
- XI** - Modelo de Declaração de Menor Empregado;
- XII** - Minuta da Ata de Registro de Preços (não preencher);
- XIII** - Modelo de Declaração de Ausência de Vínculo com o Serviço Público;
- XIV** - Termo de Autorização de Fornecimento (não preencher).

03 – DO OBJETO

3.1 - **CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS, VÁLVULAS E PNEUS SENDO TODOS NOVOS, ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS E DE PRIMEIRA LINHA, EM ATENDIMENTO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL** pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações na íntegra, contidas no **ANEXO I** - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3.2 - A existência de preços registrados não obriga a CÂMARA a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições, respeitada a legislação relativa às licitações.

04 – DATA E LOCAL DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A Sessão de Processamento do Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços será realizada na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, iniciando-se **no dia 24 de Agosto de 2020, às 9h30min.**

05 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa resultante deste Edital de Pregão correrá à conta da Previsão Orçamentária da CÂMARA para o Exercício de 2020, a saber: no Programa de Trabalho 01.031.0001.2.330 e no Elemento de Despesas 3.3.90.30.99.00.00.00.01.0001 - Material de Consumo, e de 2021, cujo Programa de Trabalho e o Elemento de Despesas a ser publicado oportunamente.

06 – DOS PREÇOS ESTIMADOS

6.1 - O preço global estimado para a contratação do objeto deste Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços é de **R\$ 57.070,44 (Cinquenta e sete mil setenta reais e quarenta e quatro centavos)**, utilizando-se como limite, o Preço Unitário e Global estimado, conforme o **ANEXO II do Edital**. Estes preços foram apurados pelo Departamento de Suprimentos da CÂMARA, não podendo em nenhuma hipótese a contratação ultrapassar o valor máximo orçado.

6.2 - Nos preços especificados na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários e Global do **ANEXO II do Edital** já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações tributárias e trabalhistas e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato.



6.3 - Por tratar-se de uma ESTIMATIVA, esse montante não poderá ser exigido, nem considerado como preço de pagamento mínimo, não se obrigando, assim, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** a utilizá-lo integralmente, e nem as quantidades indicadas no **ANEXO I** - Termo de Referência.

07 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Poderão participar deste Pregão:

7.1.1 - A participação nesta licitação é restrita aos **MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, as MICROEMPRESAS – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, qualificadas como tais, conforme determina o artigo 48, I, da Lei Complementar nº 147/2014 e artigo 8º, Parágrafo Único, Inciso I do Decreto Municipal nº 1800/2020.

7.1.1.1 - Entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06, aquelas empresas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

7.1.1.2 - Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06 do presente certame aquelas empresas definidas na Lei Complementar 128/08.

7.1.2 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste Pregão Presencial, cuja comprovação se fará através do Contrato Social;

7.1.3 - Atendam aos requisitos mínimos de classificação das Propostas exigidos neste Edital;

7.1.4 - Comproven às exigências constantes deste Edital, inclusive os documentos necessários para o Credenciamento que confirme poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;

7.1.4.1 - As Microempreendedoras Individuais (MEI`s), Microempresas (ME`s) e Empresas de Pequeno Porte (EPP`s), por ocasião da participação no certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

7.2 – Não poderão participar neste Pregão às empresas que:

7.2.1 - Concordatárias (recuperação judicial) ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

7.2.2 - em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

7.2.3 - Empresas ou sociedades estrangeiras;

7.2.4 - Empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

7.2.5 - Pessoas físicas ou jurídicas suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2.6 - Pessoas físicas ou jurídicas impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

7.2.7 - Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda,



em qualquer esfera da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

7.2.8 – Pessoas físicas ou jurídicas, nas condições previstas no art. 9º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, com as ressalvas dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal;

7.2.9 – Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

7.2.10 – Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

08 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada Sessão Pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2 – Os interessados em participar da presente Licitação deverão apresentar, no dia, horário e local mencionados neste Edital, na sessão do pregão, os documentos pertinentes ao **CRENCIAMENTO (Fora do Envelope nº 1 e nº 2)**, a sua **PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)**, e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)**, em envelopes opacos, tamanho A4 ou ofício, separados, fechados (colados ou lacrados), rubricados, constando, em seus respectivos aversos, a razão social, CNPJ e o endereço da proponente, endereçados à CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, Departamento de Licitações, A/C do Pregoeiro, e da seguinte forma:

ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ___/202__
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

ENVELOPE nº 2 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ___/202__
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

8.3 – Não será admitida a entrega de apenas 01 (um) envelope.

8.4 - **Todos os documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação**, apresentados pelas licitantes, deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em seqüência crescente, também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, **o seu desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.**

8.5 - Em hipótese alguma o Pregoeiro receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da Proposta. Fica proibido o fechamento de qualquer dos envelopes na sala de licitação, sob pena de exclusão de participação do certame.

8.6 - Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes no certame.

8.7 – O Pregoeiro declarará aberta a Sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao **CRENCIAMENTO dos participantes**, e encerrada esta etapa, **não serão credenciados novos licitantes.**

8.8 – Após a fase do Credenciamento, o Pregoeiro receberá dos licitantes a **PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)**, e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)**.



8.9 - Após a entrega dos 02 (dois) envelopes pelas licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos, não podendo serem devolvidos após sua entrega.

8.10 - No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9 – DO CREDENCIAMENTO

9.1 - O Credenciamento ocorrerá na mesma data, hora e local mencionados no item 4.1 deste Edital.

9.2 - A documentação referente ao Credenciamento deverá ser **apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02**, para análise da Comissão de Pregão.

9.3 - Será admitido apenas 01 (um) Representante para cada Licitante Credenciada.

9.4 - É vedado a um mesmo Procurador ou Representante legal ou Credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

9.5 - Os documentos solicitados para o Credenciamento deverão ser apresentados por processamento eletrônico (Internet), através de cópia autenticada por Cartório ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da **CÂMARA**, mediante a exibição do original ou sua publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos apresentados por processamento eletrônico (Internet) estão sujeitos ao exame e conferência de sua autenticidade pela Comissão.

9.6 - Para o **CREDENCIAMENTO** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.6.1 - Em se tratando de REPRESENTANTE LEGAL, SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO DA EMPRESA LICITANTE:

a) Cópia e original do Documento da Cédula de Identidade ou de qualquer outro documento de identificação que contenha foto, devidamente inscrito no Órgão a que pertence;

b) Cópia e original do respectivo Estatuto Social/Contrato Social em vigor, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

b.1) Em se tratando de Sociedade Comercial ou Sociedade por Ações, deve estar acompanhado de documento de eleição e de seus atuais administradores.

b.2) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

b.3) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.4) Em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b.5) A ausência do documento arrolado na alínea "**b**", "**b.1**", "**b.2**", "**b.3**" e "**b.4**" **decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.**



9.6.2 – Em se tratando de PROCURADOR:

- a) **Cópia e original do Documento da Cédula de Identidade** ou de qualquer outro documento de identificação que contenha foto, devidamente inscrito no Órgão a que pertence;
- b) **Cópia e original do respectivo Estatuto Social/Contrato Social** em vigor, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.1) Em se tratando de Sociedade Comercial ou Sociedade por Ações, deve estar acompanhado de documento de eleição e de seus atuais administradores.

b.2) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

b.3) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.4) Em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b.5) A ausência do documento arrolado na alínea “b”, “b.1”, “b.2”, “b.3” e “b.4” decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.

- c) **Instrumento de Procuração pública ou particular** que comprove a outorga de poderes pelo representante legal da empresa, com **firma reconhecida em Cartório**, na forma da lei, do qual constem poderes específicos para formular lances verbais de preços, negociar preço, firmar declarações, assinar ata, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

c.1) **O Instrumento de Procuração, poderá ser substituído por Carta de Credenciamento nos termos do ANEXO IV**, na forma da lei, mantendo-se todas as prerrogativas dispostas junto ao item 9.6.

c.2) **A ausência do Instrumento de Procuração pública ou particular – alínea “c”, ou a ausência da Carta de Credenciamento – alínea “c.1”, não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na Sessão Pública, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.**

- 9.6.3 – **CERTIDÃO DE NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS**, expedida pelo Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br>.

- 9.6.4 – **DETALHAMENTO DAS SANÇÕES VIGENTES - CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS**, expedida pela Controladoria-Geral da União no endereço eletrônico <https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>.

- 9.6.5 - O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar o solicitado **nos itens 9.6.3 e 9.6.4**, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for com efeito de positiva, o mesmo não poderá participar da fase posterior da licitação.



9.6.6 – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

- a) Para efeito de comprovação da qualidade de **Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP** deverão apresentar, **fora dos Envelopes nº 01 e 02, a DECLARAÇÃO** de enquadramento firmada pelo Representante Legal ou Procurador, **conforme ANEXO VI, JUNTAMENTE** com o Comprovante da **Consulta da Situação Cadastral da Empresa junto à Junta Comercial**, utilizando-se do **NIRE** (Número de Inscrição no Registro de Empresas), retirado no site da mesma, junto com os documentos para credenciamento.
- b) Para efeito de comprovação da qualidade de **Microempreendedor Individual – MEI**, deverá apresentar, **fora dos Envelopes nº 01 e 02, a DECLARAÇÃO** de enquadramento firmada pelo Representante Legal ou Procurador, **conforme ANEXO VI, juntamente com o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.**

9.7 - Na **ausência dos documentos solicitados no item 9.6.6 alíneas "a" e "b" decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documentos obrigatórios, pois o certame é exclusivo para MEI/ME/EPP.**

9.8 - O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a **Consulta da Situação Cadastral da Empresa junto à Junta Comercial** para ME/EPP, e **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI** para MEI, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto no item 9.6.4 alíneas "a" e "b" do Edital.

9.9 - A falsidade da DECLARAÇÃO de enquadramento, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, caracterizará crime de que trata o Artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do posicionamento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

9.10 - O Credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais de preços, negociar preço, firmar declarações, assinar ata, bem como possa manifestar interesse recursal e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.

10 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - **A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação** de acordo com o **ANEXO V** deverá ser apresentada **fora dos Envelopes nº 01 e 02**, em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02, **junto com os documentos para credenciamento.**

10.1.1 - Será indispensável à apresentação da referida Declaração - **ANEXO V**, sob pena de **inaptidão para participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.**

11 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E OUTROS ANEXOS

11.1 - A Licitante deverá apresentar a **PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO VII** deste Edital, **dentro do Envelope nº 01**, sendo apresentada em 01 (uma) via impressa, redigida com clareza,



datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador devidamente habilitado, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, contendo:

- a) Identificação Social, número do CNPJ, referência a esta Licitação, número de telefone, endereço completo, dados bancários;
- b) Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital e elaborada conforme a Proposta de Preços – **ANEXO VII**;
- c) Indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma, no silêncio, considerar-se-á 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;
- d) Especificações técnicas, marcas, modelo, quantidade, com preços unitários, por item, e totais, expressos em algarismo, e, preferencialmente, por extenso, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- e) Devendo ser cotado em Real (moeda nacional), e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ X,XX), incluindo-se todos os custos de execução, dentre eles, os encargos sociais, impostos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeira, taxas, seguros, transportes e demais custos da execução do objeto desta Licitação.

11.2 – A Licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA CÂMARA E ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL**, dentro do Envelope nº 01, juntamente com a Proposta de Preços, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO VIII**, deste Edital.

11.3 – A Licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**, dentro do Envelope nº 01, juntamente com a Proposta de Preços, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO IX**, deste Edital.

11.4 - As PROPOSTAS que atenderem aos requisitos deste Edital será verificada pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

11.4.1 - se for constatada discrepância entre preços grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o preço por extenso;

11.4.2 - se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

11.4.3 - se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

11.4.4 - caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua PROPOSTA será desclassificada.

11.5 – A fim de obter maior celeridade e eficiência no procedimento licitatório, solicitamos aos Licitantes, que realizem o download do programa **Betha Auto Cotação** através do Site Oficial da **Câmara Municipal de Casimiro de Abreu** no endereço <http://www.casimirodeabreu.rj.leg.br>, na página de Licitação, na seção de Auto Cotação e procedendo da seguinte forma:

- a) Instale o Programa Betha Auto Cotação;
- b) Abra o Programa e efetue o Cadastro de sua Empresa;



- c) Solicitamos, que na retirada do Edital forneça um pendrive, para facilitar o lançamento do arquivo que está compactado junto com a Proposta fornecida pela Câmara Municipal;
- d) Abra o arquivo nomeado como AC_LICITACAO_PR_..... e efetue o lançamento dos Preços Unitários da sua Proposta, Marca/Modelos, bem como todas as exigências contidas no item 12.1, utilizando o campo observação se necessário e, em seguida clique em gravar;
- e) Faça a impressão da Proposta e acrescente no Envelope nº 01 correspondente a Proposta de Preços;
- f) Salve a Proposta e copie o arquivo AC_LICITACAO_PR_..... para um pen drive que precisará ser trazido no dia do certame para a efetuação da leitura da Proposta de Preço pelo Sistema Betha Compras;
- g) Não poderá existir divergência entre os Preços da Proposta impressa e a Proposta contida no pen drive.

11.5.1 - O programa Betha Auto Cotação, facilitar o preenchimento da Proposta de Preço pelo licitante, evitando erros, rasuras geradas pelo preenchimento manuscrito e outras inconsistências, bem como, torna mais ágil e simples a leitura e análise da Proposta pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio junto ao Sistema Betha Compras, programa esse que é utilizado para gerenciar as licitações desta Câmara Municipal.

11.6 – O Licitante tem a opção de:

11.6.1 - Preencher o Modelo do **ANEXO VII** da Proposta de Preço deste Edital, nas exigências do item 11.1 e alíneas, e acrescentar no Envelope nº 01 correspondente a Proposta de Preços;

11.6.2 - Ou juntar a Proposta de Preço **impressa do Sistema Betha Compras**, conforme as instruções fornecidas no item 11.5 e 11.5.1 do Edital, e acrescentar no Envelope nº 01 correspondente a Proposta de Preços.

11.7 - A apresentação da PROPOSTA vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

12 – DA CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 - Para julgamento e classificação das PROPOSTAS, será adotado o critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, observado as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É **vedada** a aceitação de PROPOSTA **com preço superior ao fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários - ANEXO II** deste Edital, sob pena de Desclassificação.

12.1.1 - O(s) item(ns) da Proposta de Preços, **ANEXO VII**, deste Edital, deverão ser respeitados o preço máximo estimado fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários - **ANEXO II** deste Edital, sob pena de **Desclassificação**.

12.2 - Após abertas as Propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.3 - No tocante aos preços, as PROPOSTAS serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o preço unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do preço da proposta.

12.4 - Será considerada **Desclassificada a PROPOSTA DO ANEXO VII do Edital** que estiver em desacordo com o objeto e quaisquer das exigências do presente Edital e seus Anexos, que impuserem condições diferentes das dispostas nele ou que apresentem cotações para quantidades divergentes das especificadas, cujos preços sejam manifestamente excessivos ou inexecutáveis,



incompatíveis com os preços de mercado, cujo objeto não atenda as especificações, prazos e que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados e condições fixadas no Edital e seus Anexos.

12.5 - A Licitante que **não apresentar a Declaração de Cumprimento de Condições Estabelecidas pela Câmara e de Aceitação de Todas as Condições do Edital** - ANEXO VIII, dentro do Envelope nº 01 - Da Proposta de Preços, será considerada **Desclassificada a sua PROPOSTA**.

12.6 - A Licitante que **não apresentar a Declaração de Cumprimento Pleno da Especificação dos Itens** - ANEXO IX, dentro do Envelope nº 01 - Da Proposta de Preços, será considerada **Desclassificada a sua PROPOSTA**.

12.7 - Será considerada **Desclassificada a Proposta** que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo Pregoeiro.

12.8 - Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo Pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

12.9 - Somente as licitantes com Propostas Classificadas participarão da fase de lances.

13 - DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1 - As PROPOSTAS classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Seleção da PROPOSTA de Menor Preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

a.1) No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as PROPOSTAS empatadas, independentemente do número de licitantes.

b) Não havendo pelo menos 03 (três) PROPOSTAS de preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as PROPOSTAS subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), já incluída da menor valor oferecido, para oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços nas PROPOSTAS escritas.

b.1) No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

13.2 - Não caberá desistência de PROPOSTA após a abertura do Envelope, e nem dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em Lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

13.3 - O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de pôr ordem ao certame.

13.4 - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o preço ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

13.5 - **Dos Lances:**

13.5.1 - Uma vez classificadas as PROPOSTAS o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes das propostas selecionadas, de forma seqüencial, a formular lances verbais, a



partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de preço.

13.5.2 - Caso duas ou mais PROPOSTAS escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

13.5.3 - **Os lances deverão ser formulados em preços distintos e decrescentes, inferiores à proposta de Menor Preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do preço de redução mínima entre os lances incidirá sobre o MENOR PREÇO POR ITEM.**

13.5.3.1 - Não haverá limitação de quantidade de lances, poderão ser feitos quantos lances as licitantes julgarem necessários.

13.5.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das PROPOSTAS.

13.5.5 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

13.5.5.1 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO**.

13.5.6 - Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, e o preço praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

13.6- O Pregoeiro negociará diretamente com a licitante que apresentar a PROPOSTA com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

13.7 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

13.8 - Havendo apenas uma PROPOSTA, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado e com o preço estimado para a contratação, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante visando obter melhor preço.

13.9 - Caso o Pregoeiro entenda que o preço é **Inexequível**, fica estabelecido o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, para que o licitante demonstre a Exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a Inexequibilidade, o Pregoeiro convocará o próximo licitante melhor classificado obedecido à ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

13.9.1 - Para demonstração da Exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos: a) Planilha de Custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pela Administração; e/ou b) Contratação em andamento com preços semelhantes.

13.10 - O licitante que ofertar preço considerado Inexequível pelo Pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua Exequibilidade, se sujeita às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o preço da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93 além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

13.11 - Sendo motivadamente aceitável o ITEM de MENOR PREÇO DA PROPOSTA classificada em primeiro lugar, será aberto o Envelope nº 02 contendo a documentação de HABILITAÇÃO da



licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação e verificado o atendimento as exigências habilitatórias previstas neste Edital.

13.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) Adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

13.13 - É facultada ao Pregoeiro ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital e seus Anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da PROPOSTA.

13.14 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. **A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.**

13.15 - Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

14 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1 – Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do Envelope nº 02 – **“Da Documentação da Habilitação”** da licitante detentora da Proposta de Menor Preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital.

14.2 - Para habilitar-se à presente licitação a interessada deverá apresentar os documentos **(todos do item 14), acionados no Envelope nº. 02 - “Da Documentação de Habilitação”, devidamente fechado e identificado.**

14.3 – DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- b) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de suas últimas alterações ou documento consolidado, devidamente registrado no órgão competente;
- d) As Sociedades Anônimas deverão apresentar a cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;
- e) As demais sociedades deverão apresentar os documentos que indiquem os atuais responsáveis pela sua administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor;
- f) As empresas ou sociedades estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos, no que couber, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação;



g) Cópia da carteira de identidade do representante legal da empresa, se presente; do credenciado ou representante da licitante, quando ausente o representante legal.

14.3.1 – Caso os documentos relacionados no item 14.3, deste Edital, tenham sido juntados no momento do Credenciamento, e uma vez comprovados o referido Credenciamento, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 02 – DA HABILITAÇÃO.

14.4 – DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;**

c) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AO TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.751, de 02/10/2014, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

d) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA ESTADUAL**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA ESTADUAL, ACOMPANHADA**, quando exigido, da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

e) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA MUNICIPAL**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS;**

e) Prova de Regularidade Fiscal perante o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRE**, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF

14.4.1 - A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Pregão, constitui documento hábil para a comprovação da Regularidade Fiscal da licitante.

14.5 – DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de Regularidade Fiscal Trabalhista, mediante a apresentação de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS OU CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA**, com base no art. 642 – A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 de 24 de agosto de 2011;



b) **DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XI**, deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 7º, Inciso XXXIII da CF.

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE ILÍCITOS TRABALHISTAS** praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, **para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro**, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede ou a emissão da **DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XI**, deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 7º, Inciso XXXIII da CF.

14.5.1 - A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Pregão, constitui documento hábil para a comprovação da Regularidade Trabalhista da licitante.

14.6- DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA**, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade. **As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, Certidão do Cartório Distribuidor, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas.**

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL**, devidamente registrados, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor.

b.1) **As Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial** deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do Exercício apresentado, devidamente **registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.**

c) A Comprovação de boa situação financeira da Empresa será feita através **do CÁLCULO DE ÍNDICES CONTÁBEIS**, o qual deverá ser assinado por Profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, sendo considerada inabilitada a Empresa que não obtiver Índice de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral maiores ou iguais a 1,00 (um), considerando a complexidade e acuidade da execução do objeto a ser contratado tendo por objetivo a correta avaliação da situação financeira do licitante visando o devido cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

c.1) A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:

c.1.1) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$



c.1.2) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.1.3) **ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL:**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.2) Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

c.2.1) Liquidez corrente = índice maior ou igual a 1,00

c.2.2) Liquidez geral = índice maior ou igual a 1,00

c.2.3) Solvência geral = índice maior ou igual a 1,00

14.7 - OUTRAS COMPROVAÇÕES QUE DEVERÃO ESTAR NO ENVELOPE "2" - DAS DECLARAÇÕES:

a) DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO X**, deste Edital.

b) DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO, que não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Casimiro de Abreu, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município de Casimiro de Abreu, que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme artigo 9º, da Lei nº 8.666/93, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XIII**, deste Edital.

14.8 - Os documentos relativos à Regularidade Fiscal, Trabalhista e Documentos Complementares deverão ter sido expedidos há menos de **90 (noventa)** dias da data de realização da licitação, **quando não apresentarem prazo de validade impresso.**

15 – DO EXAME E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

15.1 - Os documentos solicitados no Envelope nº 02 – Da Habilitação deverão ser apresentados por processamento eletrônico (Internet) ou através de cópia autenticada por Cartório ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da **CÂMARA**, mediante a exibição do original ou sua publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos apresentados por processamento eletrônico (Internet) estão sujeitos ao exame e conferência de sua autenticidade pela Comissão.

15.2 - Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, exigidos nesta licitação, que deverão estar em plena validade e autenticadas por cartório competente ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da **CÂMARA** mediante apresentação do original ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.



15. 2.1 - Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.3 - Não serão aceitos pelo Pregoeiro "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 15.4 - Aberto o envelope da HABILITAÇÃO, os documentos nele constantes serão rubricados pelos membros da Comissão que, em seguida, os oferecerá ao exame e à rubrica dos representantes dos demais licitantes presentes no ato.
- 15.5 - A Comissão, então, verificará a documentação apresentada e determinará se estão presentes todas as peças exigidas neste Edital, reservando-se no direito de verificar, na fonte emissora, a autenticidade dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO.
- 15.6 - A falta de qualquer documento exigido, em todo o item 14 deste Edital, ou sua apresentação com irregularidade, e/ou em desconformidade com o Edital, e as exigências descritas nos itens 15.1 e 15.2, implicará a **INABILITAÇÃO** da licitante.
- 15.7 - Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, será inabilitada e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da PROPOSTA ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela Adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.
- 15.8 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**
- 15.8.1 - As microempreendedoras individuais (MEI`s), microempresas (ME`s) e empresas de pequeno porte (EPP`s), por ocasião da participação no certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**
- 15.8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal para as ME`s, EPP`s e MEI`s, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do Artigo 43 § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.
- 15.8.2.1 - A prorrogação do prazo para a Regularização Fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.
- 15.8.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.8.2, implicará decadência de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, **sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 15.9 - É facultada ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como para fins de habilitação, a verificação das informações, solicitar os originais dos documentos, e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.
- 15.10 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) Adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.



15.11 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatária, sendo assegurado o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.

15.12 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. **A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.**

15.13 - Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

16 – DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

16.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor as razões do recurso **no prazo único de 03 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar **contrarrazões por igual prazo**, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, pelo Pregoeiro.

16.3 - O(s) recurso(s) e a(s) contrarrazão(ões) interposto(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) ser entregues no Setor de Protocolo da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, localizado na Sede Câmara Municipal, na Praça Feliciano Sodré, nº 384 - Centro, Casimiro de Abreu, RJ, das 9h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

16.4 - O(s) recurso(s) e a(s) contrarrazão(ões) será dirigida(s) a **Autoridade Superior da CÂMARA**, que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, decidirá de forma fundamentada. Inicialmente, de modo interno, o(s) recurso(s) será(ão) encaminhado(s), para manifestação motivada, **ao Pregoeiro** que reconsiderando ou não a sua decisão, o(s) encaminhará devidamente informado(s), a **Procuradoria Jurídica da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**.

16.5 - O acolhimento do(s) recurso(s) importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 - A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovisionamento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovisionamento.

16.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

17 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 - Será lavrada **ata circunstanciada** da Sessão Pública do Pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.



17.2 – Declarando o licitante vencedor o Pregoeiro Adjudicará o objeto da licitação, apenas para EFEITO DE PREFERÊNCIA DE FORNECIMENTO em casos de equivalência de preços e condições, e posteriormente encaminhará à autoridade competente para homologação do certame.

17.3 – Avaliada a classificação e aceitabilidade da proposta e apreciada a documentação de habilitação, após a Adjudicação para efeito de preferência de fornecimento em casos de equivalência de preços e condições, o certame será **HOMOLOGADO** pela Autoridade Competente, e os licitantes promoverão a **Assinatura em Ata de Registro de Preços**.

17.3.1 – O Registro da Ata de Preço poderá gerar a qualquer momento a assinatura de Contrato ou Instrumento Equivalente, nos termos deste Edital e seus Anexos.

18 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014, e de conformidade com o Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional no Município de Casimiro de Abreu/RJ.

18.2 – Após homologação da licitação do Pregão Presencial, pela autoridade competente, será formalizada a Ata de Registro de Preços, **conforme ANEXO XII do Edital**, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, e observará, entre outras, as seguintes condições:

I - Serão registrados os preços e quantitativos do(s) licitante(s) vencedor(es);

II - Será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro do(s) licitante(s) que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme termos constantes da ata complementar da sessão pública;

III - O registro de preços a que se refere o subitem anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços.

IV – O preço registrado com indicação dos Fornecedores será divulgado no Portal da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços e no Jornal Oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu;

V - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

18.3 - A existência de preços registrados não obriga a CÂMARA solicitar os itens nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

18.3.1 – O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a CÂMARA optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

18.4 – O presente Edital, bem como os seus Anexos, e a Proposta do Adjudicatário serão partes integrantes da Ata de Registro de Preços.



18.5 – A Câmara Municipal apreciará toda e qualquer alteração que implique acréscimo nos valores contidos na Ata de Registro de Preços, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço, bem como conduzirá eventuais renegociações dos preços registrados.

18.6 – Havendo alteração, deverá ser publicada a Ata com os novos preços reajustados no Jornal Oficial do Município.

18.7 – Da Ata constarão, também, as obrigações da CÂMARA e dos Fornecedores.

19 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - A Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão terá a validade de **12(doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, incluída eventuais prorrogações, nos termos do Decreto Municipal nº 1.626 de 08 de agosto de 2019, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial do Município.

19.2 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

19.3 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.4 - Durante a vigência da ata de registro de preços, os preços serão fixos e irrealizáveis, exceto na hipótese de revisão em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, na forma estipulada na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 e art. 17 do Decreto nº 7.892/2013.

19.5 – A vigência dos Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no ANEXO III do Edital, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.6 – Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.7 – Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.8 – O Fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata de Registro de Preços.

20 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 – Homologado o resultado desta licitação e respeitada à ordem de classificação, a CÂMARA convocará a licitante classificada em primeiro lugar, informando o local e data para a assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme o modelo **ANEXO XII** do Edital.

20.2 – O(s) licitante(s) vencedor(es) do certame será(ao) convocado(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data de confirmação do recebimento de convocação da Câmara Municipal. A recusa injustificada do Fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preços, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas deste Edital.

20.2.1 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



20.3 - Para assinatura da ata de registro de preços, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(o) apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade.

20.4 - Para a assinatura da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

20.5 - É facultado à CÂMARA, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita à negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais. A Administração poderá optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

21 - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1 - Os Preços Registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo a CÂMARA promover as negociações junto aos Fornecedores, conforme Decreto Municipal nº 1626 de 08 de agosto de 2019, observadas as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal 8.666 de 1993.

21.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

21.2.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

21.2.2 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

21.2.3 - Convocar, na ordem de classificação, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação para redução de seus preços aos preços de mercado.

21.3 - As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Jornal Oficial do Município.

21.4 - É vedado ao Licitante dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste, caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

21.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para iniciar outro procedimento licitatório.

21.6 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições do edital e da ata de registro de preços;

II - Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CÂMARA, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.



21.6.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do subitem anterior será formalizado por despacho da CÂMARA, assegurado o Contraditório e a Ampla Defesa.

21.6.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

21.6.3 - Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, a CÂMARA poderá convocar os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta vencedora para assinatura da ata de registro de preços.

21.7 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será cancelada automaticamente: a) por decurso do prazo de vigência; e b) quando não restarem fornecedores registrados.

21.8 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

21.9 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário Oficial do Município", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o Preço Registrado a partir da última publicação.

21.10 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos Preços Registrados poderá não ser aceita pela CÂMARA, facultando-se a esta a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

21.11 - Havendo o cancelamento do Preço Registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

21.12 - Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, a CÂMARA adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

22 – DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E SUA VIGÊNCIA

22.1 – O Fornecedor incluído na Ata de Registro de Preços estará obrigado a celebrar o **Contrato ou Documento Equivalente, conforme o caso – Anexo da Nota de Empenho**, que poderá advir, nas condições estabelecidas no Ato Convocatório, nos respectivos Anexos e na própria Ata, além de outras fixadas na proposta do vencedor e necessárias à fiel execução do objeto licitado.

22.1.1 – O aceite do Anexo da Nota de Empenho, emitida à Empresa Adjudicada, implica no reconhecimento de que: a) o referido Anexo da Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993; b) a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos; c) a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

22.1.1 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o presente Edital, o Termo de Referência, e demais Anexos, e a Proposta do Adjudicatário será parte integrante do Contrato ou do Instrumento Equivalente.

22.2 – A existência de preços registrados não obriga a CÂMARA a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.



22.3 - Quando da necessidade de Contratação, a CÂMARA consultará o Setor de Suprimentos para obter a indicação do fornecedor, observando a ordem de classificação, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos Preços Registrados.

22.4 - Com as informações do Setor de Suprimentos, será convocado o fornecedor indicado, celebrando o Contrato ou instrumento equivalente.

22.5 - A contratação do fornecedor, decorrente do Sistema de Registro de Preços, deverá ser assinada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a contar da convocação da CÂMARA.

22.6 - A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de ofício encaminhado por e-mail, endereçado diretamente ao fornecedor registrado.

22.7 - O prazo estabelecido no documento da convocação será de até **02 (dias) dias úteis**, contados da data do recebimento da convocação da CÂMARA, e poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela CÂMARA às justificativas apresentadas.

22.7.1 - Se o fornecedor registrado não assinar o Contrato ou Instrumento Equivalente dentro do prazo estabelecido na convocação, decairá o seu direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93 bem como do art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

22.8 - Para instruir a formalização dos Contratos ou instrumento equivalente, o Fornecedor registrado deverá providenciar e encaminhar à CÂMARA, dentro prazo da convocação, as seguintes certidões:

22.8.1 - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

22.8.2 - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

22.8.3 - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

22.8.4 - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

22.8.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

22.9 - Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.10 - A vigência do Contrato deste Sistema de Registro de Preços, para o Fornecimento do Objeto, será da data de sua assinatura até o término do prazo da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por interesse das partes, devendo para isso, obedecer às regras contidas tanto no edital quanto na Lei Federal nº 8.666/93, respeitando limites em virtude das especificidades de cada contrato, desde que se mostrando mais vantajosos para a administração, de acordo com o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

22.11 - A contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.12 - O Contrato decorrente deste Sistema de Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedado efetuar acréscimos nos



quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.13 - A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo o executado até o momento da rescisão.

22.14 - A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

22.15 - O Objeto do Contrato deve ser fornecido diretamente pela Contratada não podendo ser Transferido Parcial ou Total, Sub-Empreitados, Sublocados, Cedidos ou Subcontratados, salvos a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Câmara Municipal.

22.16 - A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a Câmara para qualquer operação financeira.

22.17 - As Obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas do Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.

23 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1 - A CÂMARA fiscalizará o fornecimento do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

23.2 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CÂMARA ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CÂMARA ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CÂMARA dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

23.3 - A CÂMARA se reserva o direito de recusar todo e qualquer fornecimento que não atenda às especificações contidas no Termo de Referência do Edital.

23.4 - A fiscalização do Contrato caberá ao Servidor _____, mat. nº _____, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 67, da Lei 8.666/93, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento do Objeto, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer fornecimento que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos itens do objeto que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

23.5 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gabinete da Presidência, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.



23.6 – Serão atividades inerentes à Gestão e Fiscalização do Contrato:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à CONTRATADA de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- d) Apresentar, quando solicitado pela Autoridade Superior, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar o objeto e dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento dos mesmos e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar e recusar, quaisquer fornecimentos, que estejam em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela CONTRATADA;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

24 – DO PRAZO PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO

24.1 – As condições para o prazo de Fornecimento do Objeto deste Edital são as estabelecidas no Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.

25 – DAS CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1 – As condições para a entrega e a fiscalização do Objeto deste Edital são as estabelecidas no Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.

26 – DA FORMA DE PAGAMENTO

26.1 – Homologada a licitação pela Autoridade Competente e ocorrendo a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato, a Câmara emitirá a **Nota de Empenho** para o proponente vencedor visando o fornecimento do objeto desta licitação, de acordo com a Proposta da empresa vencedora e Preços Registrados na Ata, correspondente ao resultado referencial total do(s) item(ns) apresentado(s) quando da participação no procedimento licitatório originário.

26.2– A CONTRATADA deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento de acordo com o fornecimento evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento, **ANEXO XIV do Edital**, discriminando os itens licitados com as devidas especificações, marcas, quantidades, o preço unitário de acordo com a Proposta Vencedora e Preços Registrados na Ata e seu valor total, e posterior apresentação da **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) **conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores competentes**.

26.3 – Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de



julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente Lei Municipal do local de Prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

26.4 – No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte.

26.5 – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

26.5.1 - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidades, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total;

26.5.2 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

26.5.3 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

26.5.4 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

26.5.5 – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

26.5.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

26.6 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

26.7 - Pela perfeita e completa execução do objeto do respectivo Contrato, a CÂMARA procederá com o pagamento **única e exclusivamente** através de ordem bancária depositada em Conta Corrente da CONTRATADA, quando pessoa jurídica pela modalidade online, devendo a empresa indicar o Banco, a Agência bancária e o número da Conta Corrente para o referido pagamento, salientando que as despesas relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

26.8 - O prazo para a efetivação do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante, será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento definitivo do objeto (art. 73, II, alínea "b" da Lei nº 8.666/93).

26.9 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento fiscal por culpa da CONTRATADA, para que a Tesouraria efetue o pagamento, será suspensa a contagem do prazo, devendo este ser retomado pelo restante do prazo, iniciando-se novamente sua contagem a partir da data da apresentação do respectivo documento fiscal, escoimada dos problemas que levaram a sua suspensão.

27 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

27.1 - Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da Lei Civil, a **CÂMARA** poderá impor à **CONTRATADA**, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, as seguintes sanções:

27.1.1 - Advertência (art. 87, Inciso I da Lei 8.666/93);

27.1.2 - Multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado (Artigo 86 da Lei 8.666/93), aplicado sobre o preço do objeto contratado, a juízo da Administração até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10%



(dez por cento) sobre o preço total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

27.1.3 - Multa Administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o preço total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

27.1.4 - Pela inobservância das especificações ou pela prática de irregularidades ou omissões na execução da entrega do objeto do presente instrumento a multa será de 10% (dez por cento), sobre valor do contrato.

27.1.5 - Outras faltas cometidas pela **CONTRATADA**, sem que seja prevista penalidade para o caso, a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração.

27.1.6 - As multas impostas à **CONTRATADA** em decorrência desse Contrato serão solvidas por ela na ocasião do pagamento.

27.1.7 - Pela inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, assim considerada entre outras inadimplências contratuais, o atraso superior a trinta dias do fornecimento do objeto, a Administração, garantida a prévia defesa, procederá a rescisão unilateral da Ata e, poderá aplicar a empresa registrada a penalidade e multa de 3% (três por cento) sobre o preço total registrado na Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, calculados até a data da rescisão da mesma.

27.1.8 - Pela inexecução total da Ata de Registro de Preços, assim considerada entre outras inadimplências contratuais, o atraso superior a trinta dias do fornecimento do objeto, a Administração, garantida a prévia defesa procederá a rescisão unilateral da Ata e, poderá aplicar a empresa registrada a penalidade e multa de 10% (dez por cento) sobre o preço total registrado na Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, calculados até a data da rescisão da mesma.

27.2 - As Multas Moratórias e Administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a CÂMARA rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

27.3 - As Multas Administrativas e Moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

27.4 - A aplicação de Multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou retirar a nota de empenho e seu anexo, deixar de apresentar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, ou descumprir o prazo previsto para a mesma, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

27.5.1 - Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

27.6 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública (art. 87, Inciso IV da Lei 8.666/93), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade Competente que aplicou a penalidade.



27.7 - A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.

27.8 - À **CONTRATADA**, assiste o direito de solicitar reconsideração por escrito a Câmara, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação recebida, que será decidida pela Autoridade Competente em 5 (cinco) dias úteis, restando ou não a multa.

27.9 - É facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo Processo Administrativo, solicitado por escrito à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis que será decidida pela mesma autoridade, restando ou não a sanção.

27.10 - As penas acima referidas serão propostas pela fiscalização e impostas pela Autoridade Competente.

27.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal.

27.12 - Os atos de aplicação de sanção serão motivados e obrigatoriamente publicados na Imprensa Local e no Sítio Eletrônico da Câmara Municipal.

27.13 - A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da multa dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.

28 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 - **O Pedido de Esclarecimento de Dúvidas e Informações** sobre o presente Edital poderá ser requerido, por escrito, e encaminhado para o meio eletrônico, no endereço: **licitação@casimirodeabreu.rj.leg.br** ao Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ou Protocolado na **Sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu**, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17:00h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, **até às 17h de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das Propostas.**

28.2 - **O Pedido de Impugnação do Ato Convocatório** deste Pregão, poderá ser requerido, por escrito, e encaminhado para o meio eletrônico, no endereço: **licitação@casimirodeabreu.rj.leg.br** ao Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ou Protocolado na **Sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu**, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17:00h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, **até às 17h de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das Propostas.**

28.3 - No prazo legal, o Pregoeiro receberá os esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório, encaminhando-as à Autoridade Competente, que através da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, decidirá no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, após o recebimento do mesmo, devendo paralisar o procedimento licitatório, caso assim julgue necessário para avaliações técnicas.

28.4 - Caberá a Autoridade Superior da CÂMARA responder, antes da realização da sessão, os pedidos de esclarecimentos e impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

28.5 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação, bem como dos pedidos de esclarecimentos e impugnações, poderá ser feito através do *site* da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, no endereço www.casimirodeabreu.rj.leg.br.

28.6 - Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus



termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

29 – DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

29.1 - Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

29.2 - O resultado desta Licitação será comunicado às Licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido.

29.3 - A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

29.4 - A CÂMARA poderá, a qualquer momento, Revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado ou Anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições legais.

29.5 - Ocorrendo a Revogação ou Anulação do certame, a decisão será publicada no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu e no Site Oficial da CÂMARA.

29.6 - Na contagem dos Prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

29.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

29.8 - Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da Proposta ou dos Documentos de Habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o Pregão e marcar nova data e horário para sua continuidade, intimando todos os participantes.

29.8.1 – O Pregoeiro e a Equipe de Apoio recolherão toda a documentação dos interessados devidamente rubricados para a retomada do certame, no dia e horário estabelecido, em comum acordo com os licitantes.

29.9 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração: a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões; c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no Credenciamento, na Proposta, na Documentação e no preenchimento dos Anexos do Edital, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

29.10 – Da reunião lavrar-se-á Ata Circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelos licitantes presentes, ficando desde já entendido que aqueles que não a assinarem decairão do direito de reclamar contra o processamento da presente licitação;

29.11 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

29.12 - Naquilo que o presente Edital não for suficiente, prevalecerá o que dita a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.



29.13 - Suspenso o expediente na CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU na data prevista para a realização do certame, esta fica automaticamente prorrogada para **o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.**

29.14 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.15 - A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** e as licitantes do certame elegem o Foro da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital e conflitos inerentes à Adjudicação dela decorrente.

29.16 - **Pregoeiro:** Michele de Carvalho Cleto Marinho - mat. nº 011/PL; **Equipe de Apoio:** Claudia da Conceição Joaquim - mat. nº 001/PL, Rogéria Almeida Franco Moret - mat. nº 022/PL e Joziane Silva Gomes - mat nº 028/PL.

29.16.1 - Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 002/2020, de 02 de janeiro de 2020.

Casimiro de Abreu, 11 de agosto de 2020.

OZILEI ALVES MOREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2020

01 – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência visa reunir os elementos necessários que possibilitem o detalhamento do pedido de contratação de Empresa(s) especializada(s) para **a futura e eventual Contratação de Empresa especializada no fornecimento de Filtros, Óleos Lubrificantes, Válvulas e Pneus sendo todos novos, originais e/ou genuínos e de primeira linha, em atendimento a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Oficiais da Câmara**, de acordo com o especificado neste Termo de Referência.

02 – DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	COR	COMBUSTIVEL
01	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRB 6H95	2013/2014	PRETA	TETRAFUEL
02	GRAND SIENA 1.4	FIAT	KPU 4H83	2013/2014	PRETA	TETRAFUEL
03	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LUF 5F43	2014/2015	PRETA	TETRAFUEL
04	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRV 6I74	2014/2015	PRETA	TETRAFUEL
05	GRAND SIENA 1.4	FIAT	KWZ 8A97	2015/2016	PRETA	TETRAFUEL
06	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRJ 8H84	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
07	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMQ 3J22	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
08	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMS 3I36	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
09	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LTR 9C75	2019/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
10	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMV 8C91	2019/2019	BRANCA	ATTRACTIVE

2.1 – Existe a expectativa da Presidência desta Câmara Municipal em adquirir 05 (cinco) novos veículos, conforme justificativas apresentadas nos autos do processo nº 0011/2020. Por tratar-se de Sistema de Registro de Preços, constatadas a demanda e a disponibilidade orçamentária, poderá a Presidência determinar a aquisição de um ou mais veículos ao longo do período de vigência da respectiva Ata.

2.2 - Cabe salientar que a Presidência possui interesse, na hipótese de novas aquisições, em promover a instalação de Kits de Gás Natural Veicular para reduzir os custos com combustíveis, o que acarretará na perda da garantia dos veículos. Com isso, os serviços de manutenção preventiva, tecnicamente denominadas de “revisões” nos manuais veiculares, não deverão ser obrigatoriamente realizados em Concessionária. Assim, os produtos a serem utilizados nos serviços de manutenção preventiva serão os listados nestes autos, cujos quantitativos foram estimados observando as características aqui expostas.

03 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 - Constituem o objeto do Contrato os seguintes produtos:



ITEM	QUANT	UNID	MODELO/MARCA	ESPECIFICAÇÃO
01	16	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 x 70 R14</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO. CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RÚIDO = 69 Db
02	84	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 X 60 R15</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO. CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RÚIDO = 71 Db
03	100	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>VÁLVULA/BICO PARA PNEU SEM CÂMARA</u>
04	120	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 15W40, SEMISSINTÉTICO</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO API SN; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.
05	240	UNID	GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>ÓLEO DE MOTOR SINTÉTICO SAE 5 W 30,</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO APISM; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	QUANT	UNID	MODELO/MARCA	ESPECIFICAÇÃO
06	120	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	FILTRO DE ÓLEO

3.2 – Os pneus deverão ser novos, não sendo aceito, em hipótese alguma, pneus remanufaturados, remoldados, recapados, recauchutados, remodelados ou “remold”, revitalizados, ou quaisquer outras denominações que indiquem reaproveitamento e/ou reciclagem de matéria-prima utilizada na confecção dos mesmos.

3.3 - Os itens do objeto do PREGÃO acima mencionados deverão ser seguidos integralmente, pois são compatíveis aos itens descritos no manual de uso e manutenção de cada veículo. Garantido assim o bom estado de conservação dos mesmos. A não utilização poderá acarretar no comprometimento do desempenho, bem como causar danos aos componentes do sistema de alimentação, e do próprio motor, que são cobertos pela garantia.

04 – DA JUSTIFICATIVA

4.1 – A aquisição do objeto deste Termo de Referência objetiva manter a frota oficial dos veículos em perfeitas condições de uso e disponível para as atividades administrativas e legislativas desta Casa de Leis.

4.2 - O uso continuado dos Veículos Oficiais acarreta desgastes e defeitos mecânicos, ocasionados pelo uso, por intempéries e pela má conservação das estradas e vias, desta forma, a reposição de filtros, óleos lubrificantes e pneus se faz necessária para manter a frota oficial em condições adequadas à segurança dos motoristas e passageiros, através da manutenção preventiva, reduzindo custos com despesas relativas a manutenção corretiva.

4.3 - A Manutenção Preventiva e Satisfatória reverte-se em economicidade, garantindo a durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus condutores e usuários.

05 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 - 5.1 - A Contratação para o fornecimento do Objeto sendo regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

06 – DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

6.1 - A despesa resultante deste Edital de Pregão por Sistema de Registro de Preços correrá à conta da Previsão Orçamentária da CÂMARA para o Exercício de 2020, a saber: no Programa de Trabalho 01.031.0001.2.330 e no Elemento de Despesas 3.3.90.30.99.00.00.00.00.01.0001 – Material de Consumo, e de 2021, cujo Programa de Trabalho e o Elemento de Despesas a ser publicado oportunamente.



07 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para julgamento e classificação das PROPOSTAS, será adotado o critério do **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, observado as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É vedada a aceitação de PROPOSTA com preço superior ao fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários - ANEXO II deste Edital, sob pena de Desclassificação.

08 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

8.1 - Para habilitar-se na licitação, para contratação de empresa para a aquisição do item do Objeto deste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar todos os documentos relacionados no Edital do Pregão Presencial.

09 – DO PRAZO DE ENTREGA

9.1 – Os itens do Objeto do Contrato, em acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência - ANEXO I deste Edital, **deverão ser entregues, no prazo estabelecido de até 05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, ANEXO XIV do Edital, nas quantidades devidas e nos padrões estabelecidos, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital.

9.1.1 – Caso o Estabelecimento da Contratada não for na Sede do Município de Casimiro de Abreu, a CÂMARA poderá enviar o Termo de Autorização de Fornecimento - ANEXO XIV do Edital, via meio eletrônico do Responsável Legal da Licitante ou alguém por ele designado.

10 – DO LOCAL DE ENTREGA

10.1 – A entrega dos itens do Objeto, discriminados na emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, **será no Setor de Estoque da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu**, no horário das 9h às 12h e das 13h30 min. às 16h30min, de segunda a sexta feira, aos cuidados do Chefe de Setor ou outro designado por esse, **no endereço Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ**, no prazo mencionado no item anterior, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

10.2 – Os itens e seus quantitativos a serem recebidos pela CÂMARA, por ocasião da emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, obedecerão rigorosamente o Objeto Licitado, independentemente dos custos operacionais e despesas que possa a vir sofrer o licitante vencedor situado fora da localidade da Sede do Município do Contratante.

10.3 - Para qualquer esclarecimento quanto ao Objeto deste Fornecimento, as Empresas poderão entrar em contato com o Setor de Estoque, **através do telefone (22)2778-2060, Ramal 212.**

11 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O recebimento dos itens serão conferidos e atestados pelo Responsável do Setor de Transporte junto com o Departamento de Estoque ou servidor autorizado pela CÂMARA.

11.2 – Os Pneus novos deverão possuir critérios de segurança estabelecidos para o Programa de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos, disponibilizados no INMETRO, em cumprimento a Portaria nº 544/2012 do INMETRO.



11.3 – A CONTRATANTE deverá cientificar, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, **a certificação compulsória** para pneus novos, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditando pelo INMETRO, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

11.3.1 - **Certificação Compulsória** = são aquelas em que um regulamento determina que a empresa só pode produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado.

11.4 - O recebimento dos itens dar-se-á da seguinte forma:

11.4.1 - **Provisoriamente**, em até **02 (dois) dias** corridos, contados da data do recebimento do **Termo de Autorização de Fornecimento** expedido pela CÂMARA, no endereço mencionado no item anterior, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações, quantidade, marca, tipo, solicitados no referido Termo.

11.4.1.1 - No caso de consideradas insatisfatórias as condições dos itens recebidos provisoriamente, será lavrado **Termo de Recusa**, contendo as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo máximo de até **02 (dois) dias** corridos a contar da notificação por escrito, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

11.4.1.2 – As despesas com devoluções, diferença de quantidade, substituições, trocas correrão as expensas da empresa obrigada ao fornecimento dos termos deste edital.

11.4.2 - **Definitivamente**, no prazo de até **05 (cinco) dias** corridos, após o recebimento provisório, uma vez verificado as condições estipuladas, especificações, qualidade e quantidade dos itens do objeto e conseqüente aceitação firmado pelo Servidor Responsável.

11.4.2.1 – A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

11.5 - Os itens do objeto deverão ser entregues em suas embalagens originais lacradas, em que conste a identificação do fabricante e acondicionados garantindo a integridade dos mesmos durante o transporte, armazenamento, até o seu uso de acordo com o praxe do fabricante e rotulados conforme a legislação em vigor.

12 – DA GARANTIA

12.1 – A CONTRATADA, no ato de entrega dos itens do Objeto, deverá apresentar o Termo de Garantia Contratual e o Tempo de Garantia do Fabricante.

12.2 – O prazo de garantia do pneu deverá ser de 05 (cinco) anos ou até atingir a quilometragem máxima determinada pela empresa fabricante, o que ocorrer primeiro.

12.3 – O prazo de fabricação do(s) pneu(s) deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, a contar no ato da entrega.

12.4 - O prazo de validade dos demais produtos, não poderá ocorrer antes do decurso de, no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data do recebimento dos itens do Objeto.

12.5 – A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da entrega, informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.



13 – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

13.1 – O Fornecimento será acompanhado, fiscalizado e atestado pelo **Responsável do Setor de Transporte da CÂMARA**, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 67, da Lei 8.666/93, entre outras providências.

13.2 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada, o Responsável pelo Setor de Transporte deverá de imediato comunicar por escrito ao Gabinete da Presidência, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e neste edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

13.3 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CÂMARA ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CÂMARA dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

13.4 - A CÂMARA reserva-se o direito de recusar todo e qualquer fornecimento do objeto que não atenda às especificações do Edital ou do Termo de Autorização de Fornecimento.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, no respectivo procedimento licitatório e durante todo o período do CONTRATO.

14.2 – Entregar os itens licitados, no prazo estabelecido, a contar do Termo de Autorização de Fornecimento, **ANEXO XIV do Edital**, nas quantidades contratada e nos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento de produto de má qualidade, qualquer tipo de vício de fabricação, imperfeição, data vencida, efetuando a troca imediatamente, caso seja constatada a impossibilidade do consumo e/ ou manuseio dos produtos licitados.

14.2.1 – Caso o estabelecimento da CONTRATADA não for na Sede do Município de Casimiro de Abreu, a CONTRATANTE poderá enviar o Termo de Autorização de Fornecimento, via e-mail do Responsável Legal da Licitante ou alguém por ele designado.

14.3 – Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do objeto licitado, nos padrões estabelecidos e termos da legislação vigente, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, e respeitando os prazos fixados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CÂMARA.

14.4 – Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, **substituindo, no prazo máximo de 02 (dois) dias**, contado do recebimento, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes neste Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

14.4.1 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela CÂMARA, com relação ao fornecimento do Objeto Licitado.

14.4.2 - Zelar pela qualidade dos produtos entregues, sendo que a embalagem deverá estar acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

14.5 - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CÂMARA.

14.6 – Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos itens contratados, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

14.7 - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

14.8 - Arcar com todas as despesas referentes a materiais, mão de obra, transporte, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita disponibilidade e/ou entrega do objeto da licitação, inclusive quanto à criação de novos encargos.

14.8.1 - Serão de responsabilidade do licitante vencedor todas as despesas resultantes da entrega e **descarregamento da mercadoria**, conforme objeto deste Edital, bem como todas as despesas funcionais e operacionais necessárias.

14.9 – Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir do contado de convocação pela Câmara Municipal.

14.10 – Assinar o Contrato no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir do contado de convocação pela Câmara Municipal.

14.11 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir do contato de convocação pela Câmara Municipal.

14.12 - Emitir Nota Fiscal Eletrônica – **NF-e** no prazo para faturamento, discriminando os itens licitados vencedores com as devidas especificações, quantidades, marcas, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora registrada e seu preço total.

14.12.1 – A Contratada deverá descrever de forma completa as marcas correspondentes que efetivamente deverão ser entregues.

14.13 - Comunicar com antecedência à CÂMARA, por escrito, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente da impossibilidade em atender as solicitações do objeto do edital e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

14.14 - Fornecer números telefônicos, ou outros meios igualmente eficazes, para contato com a ADJUDICATÁRIA, sem que isto gere qualquer custo adicional.

14.15 - Manter contato com a CÂMARA sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento do material objeto do Edital.

14.16 – Não utilizar o nome da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

14.17 – Não se pronunciar em nome da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu a Órgãos da Imprensa ou Clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

14.18 – Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

14.19 - O Objeto do Contrato deve ser fornecido diretamente pela Contratada não podendo ser Transferido Parcial ou Total, Sub-Empreitados, Cedidos ou Subcontratados, salvo a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Câmara Municipal.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

14.20 – A(s) Contratada(s) deverá(ão) cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no edital.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

15.1 – A CONTRATANTE deverá cumprir com todas as normas e condições do presente Edital.

15.2 – A CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao pleno e fiel cumprimento do objeto da presente licitação.

15.3 – A CONTRATANTE deverá conferir o fornecimento do Objeto do Edital, embora a Contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

15.4 – A CONTRATANTE deverá proporcionar condições à Contratada para que possa fornecer o(s) Objeto(s) dentro das normas estabelecidas.

15.5 – A CONTRATANTE deverá solicitar a substituição do(s) Objeto(s) que não apresentar(em) nos padrões estabelecidos no Edital e seus Anexos.

15.6 – A CONTRATANTE deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

15.7 – A CONTRATANTE deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e acompanhar o fornecimento do Objeto.

15.8 - A CONTRATANTE não deverá permitir o fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas.

15.9 – A CONTRATANTE deverá notificar a Contratada acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento do objeto deste PREGÃO para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

15.10 – A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, determinando as providências a serem tomadas, e notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de qualquer sanção ou penalidade.

15.11 – A CONTRATANTE deverá exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados e da proposta apresentada.

15.12 – A CONTRATANTE deverá atestar na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e a efetiva execução do objeto deste instrumento.

15.13 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados a Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e no setor competente.

16 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

16.1 – Os preços apresentados na(s) Proposta(s) da(s) Empresa(s) vencedora(s), objeto do Contrato, permanecerão **irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano**. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com índices oficiais autorizados pelo órgão regulador, obedecendo a legislação em vigor, e em especial ao disposto na lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respeitando a Dotação Orçamentária e aplicando-se no que couber a Lei de Responsabilidade Fiscal.



17 – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

17.1 - Visando prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação, em caso de risco iminente, a Administração adotará como medida acauteladora, a retenção do pagamento até que cesse o risco iminente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

18.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital, a CÂMARA, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 77, 78, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287, de 04.12.79, e suas regulamentações e, em especial, as sanções, prevista neste Edital do Pregão Presencial.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO II

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
End.: Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro,
Casimiro de Abreu/RJ

PROCESSO CMCA Nº 226/2020
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2020
DATA BASE: 24/07/2020

- Trata-se de ESTIMATIVA e expectativa futura e eventual de aquisição de Filtros, Óleos Lubrificantes, Válvulas e Pneus sendo todos originais e de primeira linha, em atendimento a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Oficiais da Câmara.

- Para ciência dos licitantes para formulação da PROPOSTA DE PREÇO .

O Preço máximo aceitável pela CÂMARA, para a referida aquisição, será por Menor Preço por ITEM, conforme o que se segue:

ITEM	MODELO/ MARCA	DESCRIÇÃO	QUANT. (COLUNA D)	UNID	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA F)	PREÇO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA G = DXF)
01	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 x 70 R14</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO – CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RUÍDO = 69 Db	16	UNID	R\$ 390,59	R\$ 6.249,44



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	MODELO/ MARCA	DESCRIÇÃO	QUANT. (COLUNA D)	UNID	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA F)	PREÇO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA G = DXF)
02	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 X 60 R15</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO – CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RUÍDO = 71 Db	84	UNID	R\$ 418,10	R\$ 35.120,40
03	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>VÁLVULA/BICO PARA PNEU SEM CÂMARA</u>	100	UNID	R\$ 7,99	R\$ 799,00
04	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 15W40, SEMISSINTÉTICO</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO API SN; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.	120	UNID	R\$ 29,10	R\$ 3.492,00
05	GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>ÓLEO DE MOTOR SINTÉTICO SAE 5 W 30,</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO APISM; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.	240	UNID	R\$ 38,18	R\$ 9.163,20



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	MODELO/ MARCA	DESCRIÇÃO	QUANT. (COLUNA D)	UNID	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA F)	PREÇO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO R\$ (COLUNA G = DXF)
06	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>FILTRO DE ÓLEO</u>	120	UNID	R\$ 18,72	R\$ 2.246,40
PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DOS 06 ITENS						R\$ 57.070,44

1.1 - **O Preço Proposto é definitivo** e nele estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, fretes, seguros, etc., que incidam ou venha a incidir sobre o objeto licitado.



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ____/202_ de fornecimento que entre si fazem a Câmara Municipal de Casimiro de Abreu e a firma _____, objeto da Licitação sob a Modalidade Pregão Presencial nº ____/202_, por Sistema de Registro de Preços, e Ata de Registro de Preços nº ____/202_, na forma abaixo:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, doravante denominada **CÂMARA**, representada neste ato pelo seu Presidente, o Vereador _____ – _____, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, e, de outro lado a firma _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____; aqui denominada **CONTRATADA**, representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, têm entre si na conformidade do que consta no processo administrativo nº ____/202_ e do consequente procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial SRP nº ____/202_, com base no que dispõe o artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 11, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas disposições das Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93, demais alterações posteriores e normas regulamentares aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a complementar, alterar ou regulamentar, cujas normas, desde já, entende-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo que não expressamente transcritas no instrumento.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato está vinculado ao Edital e em todos os Anexos do Pregão Presencial SRP nº ____/202_, e Ata de Registro de Preços nº ____/202_, publicada em ____/____/202_, bem como à proposta da **CONTRATADA**, na conformidade do que consta no processo administrativo mencionado em epígrafe, estando todos vinculados de forma total e plena, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

Parágrafo Segundo – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante todo o fornecimento do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **CONTRATADA**, por força do presente contrato, **se obriga a fornecer Filtros, Óleos Lubrificantes, Válvulas e Pneus sendo todos novos, originais e de primeira linha, em atendimento a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Oficiais da Câmara**, observadas as especificações e a descrições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Presencial SRP nº ____/202_ e da Proposta que foi apresentada durante a licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS QUE COMPÕE O CONTRATO

Os veículos oficiais pertencentes à **CÂMARA** será o discriminado abaixo:

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	COR	COMBUSTIVEL
01	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRB 6H95	2013/2014	PRETA	TETRAFUEL
02	GRAND SIENA 1.4	FIAT	KPU 4H83	2013/2014	PRETA	TETRAFUEL
03	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LUF 5F43	2014/2015	PRETA	TETRAFUEL
04	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRV 6I74	2014/2015	PRETA	TETRAFUEL
05	GRAND SIENA 1.4	FIAT	KWZ 8A97	2015/2016	PRETA	TETRAFUEL



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	COR	COMBUSTIVEL
06	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRJ 8H84	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
07	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMQ 3J22	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
08	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMS 3I36	2018/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
09	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LTR 9C75	2019/2019	BRANCA	ATTRACTIVE
10	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LMV 8C91	2019/2019	BRANCA	ATTRACTIVE

Parágrafo Primeiro - Os produtos a serem oferecidos pela CONTRATADA, **cumprirá** no atendimento de novos veículos a serem adquiridos pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO QUE COMPÕE O CONTRATO

O produto a ser fornecido pela **CONTRATADA**, após a solicitação da **CÂMARA**, será o discriminado abaixo:

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADES	MODELO/ MARCA VEÍCULO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$	R\$
-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$	R\$
TOTAL GERAL							R\$

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, LOCAL E DAS CONDIÇÕES EM GERAL PARA O FORNECIMENTO

O fornecimento dos produtos cumprirá as condições:

Parágrafo Primeiro – O fornecimento obedecerá fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, marcas, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela Administração ou constantes do processo, do Edital e seus respectivos Anexos.

Parágrafo Segundo – O fornecimento pela empresa **CONTRATADA** obedecerá fiel e integralmente:

I - Atenderá a **CÂMARA**, no prazo estabelecido de **05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, com o(s) item(ns) contrato(s) nas quantidades necessárias e nos padrões estabelecidos, sem quaisquer ônus para a Contratante.

II – Deverá realizar a entrega do(s) item(s) contratado(s) no Setor de Estoque da **CÂMARA**, no endereço **Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, no horário das 9h às 12h e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta feira**, conforme o Termo de Autorização de Fornecimento, apresentado pela Contratante.

III - Deverá efetuar de forma imediata, no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contado do recebimento, e totalmente às suas custas, sem qualquer ônus para a **CÂMARA**, a **substituição do(s) item(ns) contratado(s)**, que por quaisquer razões tenha(m) sido entregue(s), fora dos padrões estabelecidos no edital e seus anexos.

IV – Os itens serão **conferidos e atestados pelo Responsável do Setor de Transporte junto com o Departamento de Estoque** ou servidor autorizado pela **CÂMARA**.

V - Os Pneus novos deverão possuir **critérios de segurança estabelecidos para o Programa de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos**, disponibilizados no **INMETRO**, em cumprimento a Portaria nº 544/2012 do INMETRO.

VI - A **CONTRATANTE** deverá cientificar, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – **SBAC**, a **certificação compulsória para pneus novos, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditando pelo INMETRO**, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados.

Parágrafo Terceiro – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do objeto, a **CÂMARA** pagará à **CONTRATADA** o preço total de R\$ _____(_____), de acordo com a Proposta da empresa **CONTRATADA** correspondente ao resultado referencial total do item apresentado quando da participação no procedimento licitatório originário e registrado na Ata de Registro de Preços nº ____/____.

Parágrafo Primeiro – No preço acima estipulado já estão inclusos todas as taxas, encargos, impostos, fretes, carregamento e descarregamento, seguros e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto contratado.



Parágrafo Segundo - O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Fornecimento, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da **CÂMARA**, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente Lei Municipal do local de Prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

Parágrafo Quarto - No caso de a **CONTRATADA** ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte.

Parágrafo Quinto – O pagamento não será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

Parágrafo Sexto – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidades, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total;
- II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;
- IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado, quando em favor de pessoa jurídica, através de ordem bancária, depositada em conta corrente, devendo a empresa indicar o banco, agência bancária e o número de sua conta corrente para o devido pagamento, salientando que as despesas relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os preços contratados serão **fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato**, decorrido os 12 meses poderá a Contratada fazer jus ao reajusto do valor contratual, de acordo com índices oficiais autorizados pelo órgão regulador, o qual deverá retratar a variação efetiva do custo ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, obedecendo a legislação em vigor, e em especial ao disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respeitando a Dotação Orçamentária e aplicando-se no que couber a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Primeiro – Quando da solicitação de repactuação de preços, a mesma deverá ser acompanhada de demonstração analítica de alteração dos custos, planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes, por meio da apresentação dos cálculos para apreciação e conferência do Contratante, devendo o Contratado requerer o reajuste antes da prorrogação, evitando assim a preclusão do seu direito de reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caberá ao Contratado efetuar os cálculos relativos à repactuação dos preços contratados e submetê-los à aprovação do Contratante.

Parágrafo Terceiro – Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será da **data de sua assinatura e encerrando-se em 31 de dezembro de 2020**, respeitando o disposto no Art. 15, § 3º, III da Lei 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do presente contrato poderá, a critério da **CÂMARA**, ser prorrogado por interesse das partes, desde que se mostrando mais vantajoso para a administração, de acordo com o art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – O contrato poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, exceto o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização do objeto a que se refere o presente instrumento será executada sob a direção e responsabilidade do(a) Sr(a). _____, (cargo), servidor(a) designado(a) pela **CÂMARA**, o qual fica desde já autorizado(a) a representá-la em suas relações com a **CONTRATADA**, em matéria de fornecimento.

Parágrafo Único - A existência e atuação da gestão e fiscalização da **CÂMARA** em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne o fornecimento contratado, e às suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Cabe à **CÂMARA**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização do fornecimento e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - Proporcionar condições à **CONTRATADA** para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Solicitar à **CONTRATADA** a substituição do fornecimento dos itens do Objeto que não apresentar condições de ser utilizado.

Parágrafo Terceiro - Notificar à **CONTRATADA** acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

Parágrafo Quarto - A **CÂMARA** obriga-se a notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção ou penalidade.

Parágrafo Quinto - Constituem obrigações da **CÂMARA** o cumprimento no disposto deste Contrato, efetuado, com pontualidade, os pagamentos à **CONTRATADA**, após o cumprimento das formalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos à **CÂMARA** e a terceiros, em conseqüência da execução do fornecimento, inclusive os que possam afetar os serviços a cargo de concessionárias.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à **CÂMARA** ou a terceiros, provenientes do fornecimento do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigada a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento, transportes, impostos, taxas, encargos, seguros, e de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários ao fornecimento contratado, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do fornecimento, até a sua entrega, perfeitamente concluída.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do objeto do contrato, nos padrões estabelecidos e termos da legislação vigente, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, e respeitando os prazos fixados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CÂMARA**.

Parágrafo Quarto – A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o(s) item(ns) licitado(s) prontamente, nos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento de produto de má qualidade, efetuando a troca imediatamente, caso seja constatada a impossibilidade de uso e/ ou manuseio do produto licitado.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA**, desde já, se responsabiliza pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, à **CÂMARA** ou a terceiros.

Parágrafo Sexto - A **CÂMARA** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Parágrafo Sétimo - Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes neste Contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo Oitavo - Responsabilizar-se pelo fiel fornecimento no prazo estabelecido.

Parágrafo Nono - Cabe à **CONTRATADA** comunicar com antecedência à **CÂMARA** a impossibilidade em atender as solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades.

Parágrafo Décimo – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Quarta, correrão à conta do Programa de Trabalho nº 01.031.0001.2.330, Elemento de Despesa 3.3.90.30.00.00.00.01.0001 – Material de Consumo, integrantes do Orçamento de 2020 da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos fornecimentos nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início do fornecimento do Objeto;
- V – A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou a transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no Contrato;
- VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o fornecimento assim como a de seus superiores;
- VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, da Lei nº 8.666, de junho de 1993;
- IX – A decretação de falências ou a instauração de insolvência civil;
- X – A dissolução da sociedade;
- XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados, pela máxima autoridade da esfera administrativa, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII – A supressão, por parte da administração acarretando modificação no preço inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior, a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo independentemente, do pagamento obrigatório de indenização, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV – A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão normalmente motivados nos autos do processo administrativo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos numerados nos incisos I a XV da presente cláusula;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no presente processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III – Judicial, nos termos da Legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS MULTAS

Poderá a Administração pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das preconizadas em Lei:

- a) Advertência (art. 87, Inciso I da Lei nº 8.666/93);
- b) Multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado (Artigo 86 da Lei nº 8.666/93), aplicado sobre o preço do objeto contratado, a juízo da Administração até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o preço total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;



- c) Suspensão temporária de participar de licitações e Contratar com a Administração Municipal Direita ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) Declarar impedida do direito de participar em licitações e contratar com a Administração pelo período não superior a 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei Federal 10.520/02);
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública (art. 87, Inciso IV da Lei nº 8.666/93);
- f) A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantido à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – Incorrerá na mesma pena prevista na subcláusula anterior a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar na execução da contratação.

Parágrafo Segundo - Se o preço da multa não for pago mediante recolhimento através de DARF, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo Terceiro – Dos atos que aplicarem as penalidades previstas nas alíneas a, b e c, desta cláusula, caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato e, da penalidade prevista na alínea d, caberá pedido de reconsideração no prazo 5 (cinco) dias úteis, conforme disposição do art. 109, inciso I, alínea f da Lei 8.666/93, respectivamente.

Parágrafo Quarto – As multas previstas são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** não incorrerá em multa, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou de responsabilidade da **CÂMARA**.

Parágrafo Sexto – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA COBRANÇA JUDICIAL

A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas à **CÂMARA** e decorrentes do presente termo far-se-á pelo processo de execução fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FORÇA MAIOR

São considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega do objeto contratado decorrer:

- a) Calamidade Pública;
- b) De outros que se enquadram no Código Civil Brasileiro, devidamente comprovado por laudo pericial da **CÂMARA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS

A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CÂMARA** relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

- a) Modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
- b) Extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

A execução do contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Casimiro de Abreu com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E assim, por haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** e a **CONTRATADA**, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU
Trabalho, responsabilidade e cidadania
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Casimiro de Abreu/RJ, ____ de _____ de 202_.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
_____ - Presidente

Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
RG: _____ CPF: _____

2. _____
RG: _____ CPF: _____

MANUUTA



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO IV

**CARTA DE CREDENCIAMENTO
“MODELO”**

À
Comissão de Pregão
Câmara Municipal de Casimiro de Abreu

Pela presente fica Credenciado o(a) Sr.(a) (nome, qualificação, residência), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ expedida em _____ pelo _____ e CPF nº _____, a participar do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº /202**, instaurando pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, a ser realizada em ____/____/____.

Na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL da empresa (Razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, (endereço completo), neste ato representada por seu sócio-gerente Sr.(a) (nome, qualificação, residência, e-mail), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ expedida em _____ pelo _____ e CPF nº _____, a quem OUTORGA-SE à pessoa acima qualificada amplos e gerais poderes para formular ofertas e lances verbais de preços, negociar os valores propostos, receber em devolução documentos pertencentes a esta empresa, firmar declarações, assinar ata, declarar a intenção de interpor recursos e prestar esclarecimentos, receber notificações e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Declaro, também, estar ciente de que esta empresa responderá, tanto na esfera administrativa como na judicial, por todos os atos que venham a ser praticados pelo(a) representante ora nomeado(a).

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado, e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE **HABILITAÇÃO** “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa **(razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na **(endereço completo)**, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado **(endereço completo e e-mail)**, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, DECLARA, sob as penalidades da lei, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a **HABILITAÇÃO**, exigidos no Edital de **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado (**endereço completo e e-mail**), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, para fins de habilitação na licitação modalidade **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

DECLARA ainda que a empresa cumpre plenamente os seguintes requisitos:

- a) O valor da receita bruta anual do último exercício não excedeu ao limite legal fixado para categoria de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- b) Conhecer na íntegra, e não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº ____/202__.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO VII

PROPOSTA DE PREÇO

<p>CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU End.: Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ</p> <p>PROCESSO CMCA Nº ____/202__</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/202__</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU CARIMBO PADRONIZADO</p>		
<p>ESTA PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDA PELA EMPRESA E DEVOLVIDA NA DATA DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO, ÀS ____ H DO DIA ____/____/____ NO ENDEREÇO ACIMA.</p> <p>DECLARO QUE OS PREÇOS COTADOS INCLUEM TODOS OS CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LICITAÇÃO;</p> <p>O PRAZO DE EFICÁCIA DA PROPOSTA SERÁ DE 60 (SESSENTA) DIAS.</p>	<p>BANCO</p>	<p>AGÊNCIA</p>	<p>Nº C/C</p>



ANEXO VII

PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	UNID	MODELO/ MARCA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT (COLUNA E)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$	MARCA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA H)	PREÇO GLOBAL R\$ (COLUNA I = E X H)
01	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 x 70 R14</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO – CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RUÍDO = 69 Db	16	R\$ 390,59			



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	UNID	MODELO/ MARCA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT (COLUNA E)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$	MARCA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA H)	PREÇO GLOBAL R\$ (COLUNA I = E X H)
02	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>PNEU NOVO COM DIMENSÃO 185 X 60 R15</u> (NORMAL SEM CAMARA) – DE 1ª LINHA, NÃO REMONTADOS, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO REMOLDADOS, NÃO RECAPADOS, NÃO REMODELADOS, NÃO RECAUCHUTADOS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT/NBR E SELO DO INMETRO – CLASSIFICAÇÃO: RESISTÊNCIA AO ROLAMENTO = “F” OU SUPERIOR ADERÊNCIA EM PISTA MOLHADA = “E” OU SUPERIOR RUÍDO = 71 Db	84	R\$ 418,10			
03	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>VÁLVULA/BICO PARA PNEU SEM CÂMARA</u>	100	R\$ 7,99			



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	UNID	MODELO/ MARCA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT (COLUNA E)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO R\$	MARCA	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA H)	PREÇO GLOBAL R\$ (COLUNA I = E X H)
04	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	<u>ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 15W40, SEMISSINTÉTICO</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO API SN; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.	120	R\$ 29,10			
05	UNID	GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>ÓLEO DE MOTOR SINTÉTICO SAE 5 W 30,</u> COM REGISTRO NA ANP; CLASSIFICAÇÃO APISM; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 1 LITRO.	240	R\$ 38,18			
06	UNID	GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 GRAND SIENA ATTRACTIVE 1.4	<u>FILTRO DE ÓLEO</u>	120	R\$ 18,72			
PREÇO GLOBAL TOTAL DOS ITENS 01 A 06								R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PREÇO GLOBAL TOTAL POR EXTENSO

DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS EM VIGOR E AOS TERMOS DESTA PROPOSTA, DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº ____/2020 E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

Casimiro de Abreu/RJ, ____ / ____ / ____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA CÂMARA E ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), telefone (____) _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado (**endereço completo**) portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que:

- a) Sob as penas do art. 299 do Código Penal, disponibilizará os itens, caso venha a vencer o certame, do Objeto licitado para realizar a sua entrega;
- b) Atenderá a Câmara de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado, os itens do Objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições;
- c) Atenderá a CÂMARA, no prazo estabelecido de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da emissão do Termo de Autorização de Fornecimento, com o(s) item(ns) contratado(s), nas quantidades necessárias e nos padrões estabelecidos;
- d) Deverá realizar a entrega do(s) item(s) contratado(s) no Departamento de Estoque da Câmara, no horário das 9h às 12h e das 13h30min às 16h30min. de segunda a sexta feira, conforme o Termo de Autorização de Fornecimento, apresentado pela Contratante;
- e) Assumirá inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, comprometendo-se à realização de eventuais vistorias, averiguações e substituições de produtos caso se façam necessários;
- f) Declara, sob pena de Desclassificação, que aceita todas as exigências/condições contidas neste Edital e seus Anexos;
- g) Que o Prazo de Validade dos Preços e condições da nossa Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, após o encerramento do Certame e que os valores cotados/ofertados são irreatáveis;
- h) Os itens do Objeto ofertado atende satisfatoriamente ao fim a que se destina, com qualidade, originalidade, novos, rendimento, segurança e especificações constantes do Edital, exigida no Anexo I, cumprindo plenamente todas as exigências editalícias, sob pena de aplicação das Penalidades Legais;
- i) Os preços ofertados já estão inclusos todos os impostos pertinentes;
- j) Os preços apresentados refletem os de mercado no momento;
- k) Compreende todas as despesas incidentes sobre o Objeto Licitado, tais como Impostos, Tarifas, Taxas, Fretes, Seguros, etc...;
- l) Declara ter ciência que uma vez apresentada a Proposta de Preços não será admitida desistência da mesma, cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas e nem dos Lances Ofertados;
- m) Declara que dos Lances Ofertados não caberá retratação;
- n) O Pagamento será creditado na Ag _____ C/C _____.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 01 – Proposta de Preços.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede (**endereço completo**), telefone (____) _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado (**endereço completo**), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que, sob as Penalidades previstas no referido Edital – Das Sanções Aplicáveis, que o(s) Item(ns) Cotado(s) por nós na Proposta de Preço atende Plenamente Todas as Especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO VII – Proposta de Preços, cumprindo, assim, todas as exigências editalícias.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 01 – Proposta de Preços.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
“MODELO”**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado (**endereço completo e e-mail**), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que:

- a) Não está suspensa temporariamente de participar de licitações ou impedida de contratar com a Administração Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Não foi declarada impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- c) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública e nas condições do art. 9º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, com ressalvas dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal;
- d) Que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO
“MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado (**endereço completo e e-mail**), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial SRP nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima).

Por ser verdade, firmamos a presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Não preencher)

ATA DE R.P. Nº ____/202__
PROCESSO ADMINISTRATIVO CMCA N.º ____/202__
PROCESSO DE COMPRAS Nº ____/202__
PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º ____/202__
VALIDADE: 12 (doze) meses

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa especializada no Fornecimento de Filtros, Óleos Lubrificantes e Pneus, sendo todos novos, originais e de primeira linha, em atendimento a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Oficiais da Câmara Municipal Casimiro de Abreu/RJ.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: (RAZÃO SOCIAL)

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 202__, reuniram-se na sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na Praça _____ nº _____ - Bairro _____, Cidade _____/RJ, representada neste ato pelo seu Presidente, o Vereador _____, _____, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ - Bairro _____, Cidade _____/____, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços nº ____/202__,
RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições do que consta no processo administrativo em epígrafe, com base no que dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020 e Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie e do disposto no Edital e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O Objeto desta Ata de Registro de Preços é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, VÁLVULAS E PNEUS, SENDO TODOS NOVOS, ORIGINAIS E DE PRIMEIRA LINHA, EM ATENDIMENTO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL**, em conformidade com as especificações contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº ____/202__ e seus Anexos.

1.2 - Este instrumento não obriga a CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU a aquisição dos itens nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para o



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

fornecimento de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 – As especificações, quantitativos, marca e preços encontram-se relacionados no quadro a seguir:

FORNECEDOR: _____ CNPJ: _____							
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO/ MARCA VEÍCULO	UNID.	MARCA	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
PREÇO GLOBAL R\$							-----

2.2 - Os produtos a serem oferecidos pela CONTRATADA, **cumprirá** no atendimento dos novos veículos a serem adquiridos pela CONTRATANTE, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A vigência desta Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Presencial nº ____/202__ será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura pelas partes, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal n.º 1.626 de 08.08.2019, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Jornal Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O Gerenciamento deste instrumento caberá ao Presidente da CÂMARA, que aplicará as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.

4.1.1 – Ao Fornecedor será garantido a ampla defesa e o contraditório.

4.2 - A CÂMARA apreciará toda e qualquer alteração que implique acréscimo nos valores contidos na Ata de Registro de Preços, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço, bem como conduzirá eventuais renegociações dos preços registrados.

4.3 - Havendo alteração, deverá ser publicada a Ata com os novos preços reajustados no Jornal Oficial do Município.



CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 – O Fornecimento será iniciado após a assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente (Anexo da Nota de Empenho), e de acordo com o recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento – **ANEXO XIV do Edital**, emitido pelo Setor de Transporte da CÂMARA.

5.2 – Os itens do Objeto deverão ser entregues, conforme a solicitação do Setor de Transporte, nas dependências da CÂMARA MUNICIPAL, sito **à Praça Feliciano Sodré, n.º 384 – Centro- Casimiro de Abreu-RJ, de segunda a sexta – feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas.**

5.3 - A CONTRATADA deverá entregar o Objeto, no prazo de até **05 (cinco) dias corridos** contados a partir da data de expedição do **Termo de Autorização de Fornecimento - ANEXO XIV** do Edital, emitido pelo Setor de Transporte da CÂMARA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS EXPECTATIVAS DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - A CONTRATADA deverá observar todas as quantidades, exigências, prazos, normas, itens, subitens, elementos, especificações, condições gerais e especiais contidas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e seus Anexos.

6.2 – Os fornecimentos serão executados a partir da data determinada no Termo de Autorização de Fornecimento, após a emissão da Nota de Empenho e assinatura do Contrato ou outro Instrumento congêneres.

6.3 - A CONTRATADA será responsável pelas despesas com o frete, a carga, a descarga, transporte, embalagens e a mão-de-obra, assim como quaisquer custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas físicas e financeiras e quaisquer despesas extras, necessárias e essenciais ao cumprimento das obrigações que envolvam o fornecimento, embora não previstas no presente instrumento.

6.4 - A CONTRATADA será a única responsável por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros, bem como por qualquer dano ou indenização em decorrência de atos praticados por seus empregados, prepostos ou subordinados, causados a CÂMARA ou a terceiros, quando do transporte.

6.5 - Não serão aceitos remendos, improvisos ou qualquer outra forma de adaptação, mesmo que seja em caráter provisório.

6.6 - Quando do fornecimento por parte da licitante, for detectado que os itens não apresentam características e especificações conforme exigidos no Edital, o licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a CÂMARA.

6.7 - A CÂMARA fará a solicitação de Filtros, Óleos Lubrificantes e Pneus, de acordo com as necessidades e as demandas surgidas para a manutenção preventiva e corretiva da frota.

6.8 - **O fornecedor deverá:**

6.8.1 - Entregar os produtos com eficiência e qualidade, dentro dos prazos estipulados pela CÂMARA.

6.8.2 - Fornecer, às suas custas, todos os materiais, ferramentas, insumos e mão de obra, necessários à entrega dos produtos, bem como responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao transporte e entrega do objeto.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- 6.8.3 - Reparar, corrigir, modificar e substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem quaisquer defeitos de fabricação.
- 6.8.4 - Informar à CÂMARA, assim que identificar qualquer anomalia, que impeçam o perfeito fornecimento, solicitando novos prazos, se necessários.
- 6.8.5 - Assinar contrato ou instrumento equivalente se comprometendo entregar os materiais solicitados nos mesmos preços e condições apresentadas na licitação.
- 6.9 - Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para a entrega dos materiais.
- 6.10 - O recebimento dos itens registrados dar-se-á da seguinte forma:
- 6.10.1 - **Provisoriamente**, em até **02 (dois) dias** corridos, contados da data da entrega do(s) produto(s) junto com a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, no endereço mencionado na cláusula anterior, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas, quantidade, marca, tipo ou modelo, solicitados no Termo de Autorização de Fornecimento.
- 6.10.1.1 - No caso de consideradas insatisfatórias as condições do produto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, contendo as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo máximo de até **02 (dois) dias** corridos a contar da notificação por escrito, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital.
- 6.10.1.2 – As despesas com devoluções, diferença de quantidade, substituições, trocas correrão as expensas da empresa obrigada ao fornecimento dos termos deste edital.
- 6.10.2 - **Definitivamente**, no prazo de até **05 (cinco) dias** corridos, após o recebimento provisório, uma vez verificado as condições estipuladas, especificações, marca, qualidade e quantidade do bem e conseqüente aceitação firmado pelo Servidor Responsável.
- 6.10.2.1 - A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 6.11 – O prazo de garantia do pneu deverá ser de 05 (cinco) anos ou até atingir a quilometragem máxima determinada pela empresa fabricante, o que ocorrer primeiro.
- 6.12 – O prazo de fabricação do(s) pneu(s) deverá ser igual ou superior a 06 (seis) meses, a contar no ato da entrega.
- 6.13 - O prazo de validade dos demais produtos, não poderá ocorrer antes do decurso de, no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data do recebimento dos itens do Objeto.
- 6.14 - Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais lacradas, em que conste a identificação do fabricante.
- 6.15 - Em nenhuma hipótese será solicitada ou aceita produto que não seja classificada como originais e/ou genuínas, novos ou de primeira linha, havendo imediata devolução e solicitação de substituição caso não seja cumprida tal exigência.
- 6.16 - A presente ata não implica em compromisso de fornecimento, podendo a Administração realizar pedidos ou não sobre os itens registrados.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1 - Constituem obrigações da CÂMARA:

7.1.1 - Gerenciar à Ata de Registro de Preços;

7.1.2 – Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao pleno e fiel cumprimento dos itens registrados;

7.1.3 - Receber a execução do objeto registrado nesta Ata, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital do certame correspondente;

7.1.4 – Conferir o fornecimento provisório e definitivo, embora a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas;

7.1.5 - Acompanhar e fiscalizar, por meio do Servidor: _____, o cumprimento dos termos da Ata de Registro de Preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

7.1.6 - Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela CONTRATADA a respeito dos fornecimentos a serem efetuados;

7.1.7 - Aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, garantindo a ampla defesa e o contraditório;

7.1.8 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados nesta Ata de Registro de Preços, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo Fornecedor, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, de acordo com cada Termo de Autorização de Fornecimento, e após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica no setor competente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 - Manter durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

8.1.2 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus Anexos;

8.1.3 – Executar o objeto previsto nesta Ata;

8.1.4 - Praticar todos os preços dispostos na sua Proposta, consistente no maior desconto;

8.1.5 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.6 – Ficará obrigada a atender todos os pedidos com a qualidade exigida, efetuados durante a sua validade, dentro dos quantitativos estimados, exigências, prazos, normas, itens, subitens, elementos, especificações, marcas, condições gerais e especiais, desde que sejam emitidas os Termos de Autorização de Fornecimento.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

8.1.7 - Deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

8.1.8 - Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão;

8.1.9 - Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, quando da execução do objeto;

8.1.10 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CÂMARA;

8.1.11 - Indenizar terceiros, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.12 - Responsabilizar-se por todos os ônus relativos a execução do objeto do Edital;

8.1.13 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CÂMARA, bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

8.1.14 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

8.1.15 - Comunicar imediatamente a CÂMARA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail e outras julgáveis necessárias para recebimento do Termo de Autorização de Fornecimento;

8.1.16 - Executar diretamente o objeto, conforme estabelecido na licitação, sem transferência parcial ou tal de responsabilidade, sub-empregados, sublocados, cedidos ou subcontratação, salva a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Câmara Municipal;

8.1.17 – Assinar contrato ou instrumento equivalente se comprometendo com a execução dos fornecimentos solicitados e nos mesmos preços e condições apresentadas na licitação.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 – A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu pagará a CONTRATADA o preço unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará no Termo de Autorização de Fornecimento.

9.2 – No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta da CONTRATADA.

9.3 – A CONTRATADA deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o fornecimento evidenciado no Termo de Autorização, discriminando o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, serviços, marcas, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, registrados na Ata de Registro de Preços, e posterior apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores competentes.

9.4 – Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

(NF-e), combinada com a correspondente Lei Municipal do local de Prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

9.5 – No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte.

9.6 – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.6.1 - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidades, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total;

9.6.2 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.6.3 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

9.6.4 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

9.6.5 – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

9.6.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

9.7 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento fiscal por culpa da CONTRATADA, para que a Tesouraria efetue o pagamento, será suspensa a contagem do prazo, devendo este ser retomado pelo restante do prazo, iniciando-se novamente sua contagem a partir da data da apresentação do respectivo documento fiscal, escoimada dos problemas que levaram a sua suspensão.

9.8 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

9.9 - Pela perfeita e completa execução do objeto do respectivo Contrato, a CÂMARA procederá com o pagamento **única e exclusivamente** através de ordem bancária depositada em Conta Corrente da CONTRATADA, quando pessoa jurídica pela modalidade online, devendo a empresa indicar o Banco, a Agência bancária e o número da Conta Corrente para o referido pagamento, salientando que as despesas relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

9.10 - O prazo para a efetivação do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante, será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento definitivo do objeto (art. 73, II, alínea “b” da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

10.1 - Os Preços Registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da ata, exceto nas hipóteses, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, contidas na alínea “d” do Inciso II do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme o Decreto Municipal nº 1.626, de 08.08.2019.

10.3 – Havendo alteração, o Órgão Gerenciador deverá publicar a Ata com os novos preços no Jornal Oficial do Município. A publicação periódica só se faz necessária, caso haja alterações nos preços.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

10.4 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – O Fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2 – O cancelamento do seu registro poderá ser:

11.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado e quando o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições ou contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.2.2- Por iniciativa da CÂMARA, quando o Fornecedor Registrado: a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; b) Perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório; c) Descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; d) Não atender as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes; e) Não responder a convocação ou se recusar executar, no prazo estabelecido os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços; f) Não assinar o Contrato ou deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CÂMARA, sem justificativa aceitável; g) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

11.3 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por Ofício, em seu Estabelecimento ou por correspondência, com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Jornal Oficial do Município”, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o Preço Registrado a partir da última publicação.

11.5 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos Preços Registrados poderá não ser aceita pela CÂMARA, facultando-se a esta a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.6 - Havendo o cancelamento do Preço Registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas a execução dos itens especificados na cláusula segunda.

11.7 - Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, a CÂMARA adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

12.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame e possua Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diverso dos participantes, mediante prévia consulta a CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ e dos fornecedores dos itens demandados, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

12.2 - Poderá o beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, caso seja aceita poderá executar desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.3 - Os fornecimentos ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

12.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.5 - Após a autorização da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ, o Órgão não participante deverá efetivar a primeira aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

12.6 - Compete ao Órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, a aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Termo de Autorização de Fornecimento, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções: a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção; b) multa, observados os seguintes limites: b.1) 3% (três por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado; b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou fornecimento do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou causem transtornos, ainda, fora das especificações contratadas. c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pela Câmara e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da Lei 8.666/93 e demais disposições correlatas; d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 - Ficarão impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, serão descredenciados do Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, e alterações posteriores, o licitante que: a) convocado dentro do prazo de validade da sua Proposta, não assinar a presente Ata de Registro de Preços ou o Termo de Autorização de Fornecimento, deixar de manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou apresentar documentação falsa; b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; c) não mantiver a proposta; d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou do Termo de Autorização de Fornecimento; e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.3 - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no Edital do Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços.

13.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços. b) é vedado caucionar ou utilizar a Ordem de Autorização de Fornecimento decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.2 - Rege-se-á presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, Decreto Municipal nº 1.626, de 08 de Agosto de 2019, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e respectivas atualizações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial SRP nº ____/202 e Processo Administrativo CMCA nº ____/202__.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - Justos e acordados firmam o presente, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Casimiro de Abreu, __ de _____ de 202__.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
Presidente

(Representante Legal)

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº ____/202__

A Empresa **(razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na **(endereço completo)**, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, residente e domiciliado **(endereço completo e e-mail)**, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Casimiro de Abreu/RJ, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município de Casimiro de Abreu, que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

Declaro, ainda, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu, que a empresa não possui em seu quadro pessoas ligadas ao Prefeito e seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como esta situação não se persiste nos últimos 180 (cento e oitenta) dias após findas as respectivas funções.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada dentro do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XIV

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (NÃO PREENCHER)

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, inscrita no CNPJ sob o nº _____, através do Setor de Transporte, neste ato sendo exercido pelo Servidor(a) Efetivo(a) _____, Mat. nº ____/PL, SOLICITA a entrega da(s) peça(s) abaixo especificada(s), no prazo estabelecido de **05 (cinco) dias corridos**, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, a contar do recebimento deste Termo, que serão fornecidas pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada em _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Unid	Modelo/ Marca	Especificações	Quantida- des	Marca	Preço Unitário	Preço Total
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Fornecimento, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Presencial SRP nº ____/202__ e seus Anexos.

Empresa _____ DECLARO para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº ____/202__, emitida em favor de minha empresa em ____/____/202__, o Contrato CMCA nº ____/202__, decorrente da Adjudicação e Homologação do resultado do Pregão Presencial SRP nº ____/202__, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Fornecimento, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Casimiro de Abreu, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do Setor de Transporte
Matrícula

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)